

Professor/Produtor rural e seus múltiplos trabalhos*

Maria Julieta Costa Calazans **



Fazenda Amanda (vista interna) – Professora Maria de Fátima – Capelinha/MG

Foto: Sônia Turff Gannam

Uma discussão que sempre está presente no centro da problemática da escola unidocente do meio rural é a condição de trabalho do professor, condição que nos propomos discutir, partindo da constatação de que o professor (como outros trabalhadores) complementa sua jornada de trabalho principal com outras tarefas, para auferir maior renda e considerando as repercussões desse duplo trabalho na educação.*

* Esta discussão retoma idéias anteriores e integra a pesquisa que vem sendo desenvolvida no IESAE – “Estudo Retrospectivo da Educação Rural no Brasil”, iniciada no final da década de setenta.

** Professora do Instituto de Estudos Avançados em Educação IESAE, da Fundação Getúlio Vargas – FGV. Rio de Janeiro.

I – INTRODUÇÃO

Conhecemos categorias profissionais que viveram sob o estigma da dupla atividade profissional, mas não em circunstâncias idênticas às do professor/produtor. É o caso, por exemplo, da bipolarizada ocupação dos trabalhadores rurais das várzeas que, ao mesmo tempo, são trabalhadores das salinas (Rio Grande do Norte). Geralmente, esse duplo trabalho se faz de acordo com a sazonalidade das atividades econômicas. Nesse caso, os trabalhadores migram nas entre-safras das lavouras e do extrativismo florestal da cera de carnaúba, para trabalhar nas salinas, e vice-versa, deslocando-se dentro da mesma região, assumindo diferentes tarefas, subordinadas a diferentes relações de produção. Tais condições (atualmente já em grande parte substituídas por situações não menos desvalorizadas) compõem um quadro que reforça o tipo de trabalho do “volante”, em dupla atividade econômica, nas quais ele é sempre assalariado, na condição de força de trabalho do mercado interno.

Desenvolver particularidades relativas às condições do professor rural supõe retomar pesquisas anteriores para aprofundar aspectos nelas presentes, que, neste contexto, assumem novas dimensões. Novas questões surgem no velho discurso sobre a escola, na medida em que o professor é também um trabalhador vinculado às atividades econômicas do setor primário; torna-se, assim, da maior pertinência neste estudo, analisar questões referentes a aspectos como ocupação, remuneração, enfim, as diversificadas “formas de organização de produção, decorrentes das relações sociais de produção e da divisão social do trabalho, manifestada na organização capitalista e na organização familiar da produção”.

Estudar as condições funcionais do professor/produtor implica discutir as condições sociais, isto é, as questões fundamentais a serem tratadas. Essas questões referem-se, por um lado, ao trabalho educativo do professor na escola do meio rural e ao *métier* de que se ocupa o produtor rural no campo e, por outro, ao desdobramento que estes papéis têm na sociedade.

É oportuno destacar que as análises das condições de trabalho e de vida do professor/produtor estão relacionadas aos aspectos conjunturais e estruturais, aos quais o fenômeno historicamente se vincula.

Para o estudo em curso partimos das idéias delineadas e intencionalmente aqui apresentadas como um ponto de partida, esperando possam ser trabalhadas num projeto mais amplo a ser articulado (nacionalmente) através de intercâmbio entre Instituições de Pesquisa Educacional no país. Ademais, procurar-se-á contar com o apoio de professores rurais do maior número de regiões do país. Assim, a participação de colegas pesquisadores e de professores que atuam em áreas rurais parece uma forma viável para se equacionar de forma ampla o problema, considerando o modo disperso como as escolas no meio rural estão instituídas e, conseqüentemente, a situação de isolamento em que se encontram os professores/produtores rurais — sujeitos mais diretamente comprometidos com o objeto do estudo.

A discussão ora apresentada resulta, sobretudo, de contribuições colhidas, principalmente, de professores que trabalham e vivem em áreas rurais de diferentes regiões do país, onde perduram relações de trabalho e formas de subsistência identificadas com essa problemática.

Este estudo poderá vir a ser um espaço onde os professores/produtores rurais possam escrever suas histórias de vida, desvendando caminhos para maior acerto na superação desses problemas.

Pesquisar esta problemática supõe que os professores/produtores que se incorporem ao estudo e, a partir de suas realidades, busquem trabalhar tais questões dentro e fora da escola. Pretende-se, assim, analisar as relações de dependência e de alienação do professor/produtor rural, as modalidades, encadeamentos e determinações das forças produtivas, das relações de produção, das estruturas políticas e das modalidades de consciência.

II – DIMENSÕES DA PROBLEMÁTICA

a) Produção do professor/produtor rural

São historicamente conhecidas as precárias relações de trabalho que o professor da escola unidocente do meio rural, no seu trabalho de educador, mantém com o Estado. Participa o “mestre escola”, no meio rural (como outros trabalhadores do seu nível hierárquico, vinculados a serviços de saúde), de atividades incorporadas ao âmbito dos mais controvertidos dentre os setores que compõem a política do trabalho: o das atividades governamentais. O trabalho de ensinar é, portanto, conhecido como uma atividade subordinada às decisões “políticas”, sobre o qual recaem as arbitrariedades dos diferentes escalões, montados pelo Estado para exercer “protecionismos”, “controle” e outros “mandos” sobre a escola.

Como produtor de subsistência, partilhando, portanto, de uma outra escola ocupacional, o professor/produtor rural divide, juntamente com sua família, os rendimentos do trabalho para o autoconsumo e para o mercado. Nesse caso, a expropriação do seu trabalho e de sua vida é exercida pelo capital que, normalmente, controla a terra, a produção e a própria existência dos homens, na medida em que subordina e embota a sua consciência.

Devemos destacar que estamos nos propondo a discutir um aspecto particular da divisão social do trabalho bem peculiar de algumas áreas rurais brasileiras. Pretendemos conhecer mais sistematicamente a realidade e analisar os caminhos trilhados pelo professor para superar a divisão do trabalho no seu cotidiano, peculiar à forma de subsistência do professor/produtor rural.

Em diferentes pontos do meio rural do Nordeste são bastante conhecidas situações em que o professor/produtor rural deve abandonar a roça, onde produz para sobreviver,

na hora de se dedicar à escola; também é corrente a situação dos que devem trabalhar de "meia", ou mesmo "alugado", para "completar" o pouco ganho, na função de professor.

Ao pretender estudar esta situação peculiar da vida e do trabalho do professor/ produtor rural, nos deparamos com fatos cristalizados (de épocas passadas e também no presente), que se avolumam nos diagnósticos da realidade educacional do meio rural. Em tais estudos, esta situação peculiar do professor/ produtor não chega mesmo a ser mencionada.

Para encaminhar essa discussão, fiel às verdadeiras dimensões da problemática em que se situa o professor/ produtor rural, faz-se necessário ter clareza de como estes homens vivem e trabalham. Assim, desvendar (conjuntamente) com os professores/ produtores rurais como eles vêem suas formas de subsistência e a apropriação dada ao produto de seu trabalho, significa analisar a realidade concreta onde estas contradições estão presentes, observando:

a) como os produtores de subsistência se articulam e se socializam através de formas de resistência engendradas pela própria classe, para superar o(s) modo(s) dominante(s) que transforma(m) os produtores em força de trabalho, subordinando-os aos mecanismos de reprodução da "população para o capital";

b) como os professores que trabalham em áreas rurais atuam e se subordinam ao papel de "funcionários" do Estado, ao qual se submetem no cumprimento de deveres que lhes subtraem até mesmo os direitos adquiridos na condição de produtor de subsistência;

c) como o professor/ produtor rural percebe e explica estas relações de trabalho que lhe impõem papéis e posições diferentes na sociedade.

Todas essas indicações são importantes, mas é essencial que se pesquisem os aspectos históricos estruturais básicos na identificação das origens desse fenômeno.

Pode-se dizer que a forma de inserção do professor/ produtor rural está relacionada ao desenvolvimento da agricultura capitalista, como modo de organização das forças produtivas no campo e das relações de produção que ela preside.

É possível que os produtores rurais de subsistência, diante da configuração de suas diversificadas trajetórias no processo produtivo e na sociedade, tenham clara consciência das peculiaridades de sua situação. *"Com pouca terra ou sem-terra, às voltas com a falta de créditos ou com créditos a juros altíssimos, com o baixo preço de seus produtos, em especial durante a safra, e com os altos preços dos produtos industriais e dos transportes, esses pequenos produtores camponeses tendem ao empobrecimento rápido e a serem completamente apropriados de seus meios de produção. Através do instrumento econômico das relações de troca desiguais, ou do instrumento extra-econômico das altas*

*rendas, ou do impedimento da pequena parceria e do pequeno arrendamento, a expansão capitalista vai reduzindo essas camadas e engrossando a dos trabalhadores assalariados".*¹

Esse professor é conhecido vulgarmente como sendo mestre de si mesmo. Assume uma escola que chega ao meio rural, na maioria dos casos, como troca, como "barganha" dos que podem negociar posses e poderes. O professor des-preparado técnica e politicamente deve responder, em nome do Estado, por uma escola que chega ao meio rural tardiamente, desequipada e distanciada das questões concretas da sociedade.

Mas é fundamental ter presente que o professor e também as classes populares que assumem a escola no meio rural caminham para tomar consciência de que *"o sistema escolar não é uma outorga beneficente das classes dominantes e nem sua construção exclusiva"*.²

b) A formação do professor (e do produtor?)

Para discutir os aspectos presentes à questão da formação do professor que ensina no meio rural, não há como deixar de insistir no fundamental que preside esta discussão: formar quem? em que? para que? com que recursos? Estaria incluído na formação desses professores o essencial para responder com clareza às necessidades fundamentais requeridas pelos movimentos sociais que, no meio rural, persistem em reivindicar por melhor educação e educação para todos?

Buscamos em GRAMSCI fundamentos para encaminhar esta discussão. Os professores/ produtores rurais *"são operários e camponeses nos quais não existe e não pode existir grande capacidade de imediata compreensão dos princípios da doutrina, mas é profunda, pelo contrário, a intuição das necessidades da classe de que provêm. Sentem uma necessidade intuitiva de clarificação e de precisão, uma necessidade de conhecer e de saber, mas ao mesmo tempo sentem que não têm tempo para perder nas academias e nas discussões estereis, porque as necessidades de ações os impulsionam e, estas, sentem-nas eles de modo mais vivaz"*.³

No meio rural o professor, como outros "intelectuais" (o padre, principalmente) representa para o camponês um modelo social, na aspiração de sair de sua condição e de melhorá-la...⁴ *"A atitude do camponês diante do intelectual é dúplici e parece ser contraditória: ele admira a posição social do intelectual e do funcionário público, em geral, mas finge às vezes desprezá-la"*...⁵

No seu trabalho, o professor/ produtor rural vive a situação contraditória de desempenhar o duplo papel no

- 1) KOURY, 1985. p. 12
- 2) CURY, 1984. p. 7
- 3) GRAMSCI, 1977, v. 2, p. 265.
- 4) GRAMSCI, 1968. p. 13
- 5) Id. Ibid., p. 13

dia-a-dia. É esta condição funcional tem repercussões nas suas relações com a sociedade.

É bastante evidente, para os que lidam com a escola, o antagonismo existente entre aquilo que o professor entende como necessidade de aprendizado e os "pacotes" de adestramento que o Estado coloca em suas mãos. Sua vontade de saber, de aprender, espelham a vontade de crescer, e de crescer junto com os seus alunos, com os seus companheiros de lutas no campo. Esta vontade e necessidade de conhecer, de dar melhor conta, de clarear o mundo onde trabalha, é ignorada pelos programas de formação levados pelo Estado a título de "capacitá-lo para o magistério".

Para melhor discutir a formação, a chamada "melhoria das condições funcionais e sociais do professor" (neste caso particular, do professor/ produtor rural), destacamos alguns pontos:

a) consideramos fundamental para os propósitos desse estudo tomar os programas de formação de algumas décadas para analisar as "diretrizes" repetidas nesses projetos que consolidam as políticas de Estado de formação de pessoal para a educação, mantidas em nome do "aprimoramento da escola" e da "melhoria da educação destinada à população das áreas rurais".⁶ Submetidas essas diretrizes à discussão com os próprios professores, seriam trazidas à evidência o que elas representam para a formação dos professores e, conseqüentemente, que movimentos desencadeiam na direção da prática na escola.

b) será, sem dúvida, oportuno incluir, nas pautas dos programas de formação, modalidades de encaminhamento, para analisar e conhecer as reivindicações silenciosas do professor do meio rural, sempre omitidas dos papéis que relatam o seu trabalho: reivindicações por contrato de trabalho, níveis salariais, forma de pagamento e outros direitos constitucionalmente adquiridos — aspectos até hoje ausentes nas relações de trabalho a que estão subordinados esses professores. Sabe-se, ademais, que os trabalhadores das atividades governamentais responsáveis pela educação no meio rural têm tarefas pré-estabelecidas pelos organismos municipais a que estão sujeitos (horas que são subtraídas do seu trabalho no campo ou em outras lidas para sua subsistência); em contrapartida, a maioria destes professores produtores rurais não têm contrato formal de trabalho, não recebem regularmente o seu pagamento mensal, não têm seguro social e outros direitos constitucionalmente devidos à pessoas ocupadas em atividades dos setores de subsistência e, por outro lado, nem as garantias asseguradas aos funcionários governamentais lhes são dadas.

Deve ser ressaltado que o professor/ produtor rural não compra ingenuamente o "pacote" de aprendizagem que o Estado lhe recomenda e às vezes lhe impõe.

6) "Formar o professor para que ele suscite a participação e o comprometimento da população rural como forma de superar suas 'carências', construir o progresso rural" (MEC); — "Oferecer ao professor do meio rural "melhores condições funcionais e sociais" para que se "tornem agentes de mudanças no seu meio" (MEC), etc . . .

Sabe-se que o professor/ produtor rural acompanha os treinamentos para o qual é aliciado, tendo na maioria dos casos, que arcar com a sua manutenção fora de casa (durante o período do curso); fazer gastos com vestuário, alimentação, e até adquirir material didático para acompanhar os programas de formação; ajudar na manutenção da família, mesmo encontrando-se impedido (nos períodos dos treinamentos) de auferir ganhos do seu trabalho como produtor de subsistência. Esta opção feita para melhorar sua qualidade docente é consciente e, em alguns casos, passa a ser uma escolha feita juntamente com a "comunidade", que assume parte dos encargos que "caberiam" ao professor. Esse assumir junto é feito, na medida em que a melhor preparação técnica do professor representa, não apenas, uma forma de "salvar a escola", mas um meio para conscientizar os que contribuem para que ele (professor) possa tornar-se mais preparado tecnicamente. Sabe-se que, no meio rural, o acesso à terra, o acesso à escola e o acesso ao trabalho são conquistas feitas através de resistências, na medida em que as classes populares assumem conscientemente suas lutas; e nas lutas, por transformações estruturais, muito contribuem a presença da escola e a existência do processo educativo, como expressão de ação política.

A lição que nos transmitem os professores, neste particular, está bem expressa por GRAMSCI: "*E vimos à nossa volta, apinhados . . . nos bancos incômodos e no espaço exíguo, estes alunos insólitos, na maior parte não jovens, todos cansados por um dia de fábrica*" . . . "*Isto não seria possível, se o desejo de aprender para esses operários, não surgisse de uma concepção do mundo que a própria vida lhes ensinou e que eles sentem necessidade de esclarecer para possuir concretamente, para poder atuá-la plenamente*" . . . "*A nossa escola é viva*" . . . "*Toda a superioridade de classe vêmo-la expressa neste desejo que anima uma parte cada vez maior de vós, desejo de adquirir conhecimento, de vos tornardes capazes, donos do vosso pensamento e da vossa ação, artífices diretos da história de vossa classe*".⁷

As considerações nos levam a sugerir um estudo a ser feito juntamente com os professores/ produtores rurais, procurando-se identificar questões relativas à formação que o Estado lhe oferece; e como este processo educativo contribui para a sua prática na escola e sua inserção na sociedade.

Analisar as diferentes propostas de "preparação" de docentes para o 1º grau — concepções, conteúdos, metodologias, etc., significa identificar os mecanismos utilizados no processo de formação de professores, especialmente os que vulgarizam conceitos que invadem o meio rural, não apenas desconhecendo valores, traços culturais etc., mas solapando a capacidade de resistência daqueles que acreditam na escola e esperam que ela traga respostas às suas necessidades e às reivindicações das classes populares. Cabe aqui enfatizar "*que o princípio educativo sobre o qual se baseavam as escolas elementares era o conceito de trabalho, que não se pode realizar em todo seu poder de expansão e de produtividade*"

7) GRAMSCI, 1977. v. 2, p. 98.

de sem um conhecimento exato e realista das leis naturais e sem uma ordem legal que regule organicamente a vida recíproca dos homens, ordem que deve ser respeitada por convenção espontânea e não apenas por imposição externa, por necessidade reconhecida e proposta pelos próprios homens como liberdade e não por simples coação. O conceito e o fato do trabalho (da atividade teórico-prática) é o princípio educativo imanente à escola elementar, já que a ordem social e estatal (direitos e deveres) é introduzida e identificada na ordem natural pelo trabalho. O conceito do equilíbrio entre ordem social e ordem natural sobre o fundamento do trabalho, da atividade teórico-prática do homem, cria os primeiros elementos de uma intuição do mundo liberta de toda magia ou bruxaria, e fornece o ponto de partida para o posterior desenvolvimento de uma concepção histórico-dialética do mundo, para a compreensão do movimento e do devenir, para a valorização da soma de esforços e de sacrifícios que o presente custou ao passado e que o futuro custa ao presente, para a concepção da atualidade como síntese do passado, de todas as gerações passadas, que se projeta no futuro. É este o fundamento da escola elementar".⁸

Durante alguns anos a escola para os produtores e trabalhadores rurais foi sustentada na perspectiva de uma "pedagogia idealista", cujos fundamentos estão registrados em vasta documentação. E, embora esses fundamentos idealistas reflitam concepções da educação brasileira referidas a um contexto definido, engendrados por uma determinada estrutura de sociedade, eles ressurgem em diferentes épocas nos projetos governamentais de educação para o meio rural, como se fosse possível reeditar propostas, negando os condicionantes históricos da sociedade e especialmente a realidade concreta das classes populares.

A questão da quantificação de pessoal (formação do professor) caberia ser desenvolvida em âmbito mais amplo, contemplando aspectos que incidem duramente sobre qualidade do ensino, baixa escolarização, acesso, retenção, evasão e tantos outros problemas que são debitados à deficiência de preparação do professor, seu domínio dos conteúdos de ensino e a maneira de transmiti-los, à inadequação dos currículos, material didático etc. Esses aspectos são problemas que devem ser superados, mesmo porque eles, muitas vezes, encobrem questões mais amplas, advindas da falsa dicotomia rural-urbano, da omissão das gestões da educação pública e tantas outras "adversidades" que são encobertas para as debitar à má qualidade da escola no meio rural, ao professor e às populações que dela partilham.

Ao receber a formação para melhor ensinar, o professor/produzidor rural recolhe o que pode aproveitar para sedimentar os ensinamentos pedagógicos na sua função de professor. Subordina esta forma de aprendizado à sua precária e ainda dividida condição funcional de trabalhador do ensino e trabalhador para o mercado agrícola. Este duplo trabalho gera situações que já foram em parte superadas por outros trabalhadores da educação, cujas condições de vida não

são mais determinadas por formas de submissão que ainda persistem no rural.

Estes estudo se propõe a analisar essas questões, tendo presente a ótica do professor/produzidor rural — as diferentes posições que ele assume em seu(s) trabalho(s) e como supera as contradições que estas situações (formação, dupla ocupação etc.) acarretam.

c) O professor/produzidor — sua inserção nos movimentos sociais das classes populares

Como o professor/produzidor rural se insere nos movimentos sociais das classes populares?

A escola nao se reduz apenas a problemas de ordem técnica e econômica. Para professores, alunos e para a sociedade, ela implica um desafio com especificidades sociais e políticas.

Para o professor/produzidor rural, ao mesmo tempo que a escola representa um "trabalho que o eleva perante a sua classe", representa também um "ganho de vida" e uma maneira melhor de se integrar na sociedade. Mas a escola é também uma forma através da qual o professor/produzidor "ajuda a sua comunidade". Para alguns "a escola não chega a ser um serviço", nem uma forma de inserção no mercado de trabalho, nem como produtor rural ou mesmo como professor. Conscientes da ocupação de ensinar na escola, o professor/produzidor "assume este encargo por se sentir útil ao (seu) povo". O salário que recebe do Estado representa para o professor/produzidor "mais que um ganho, um prejuízo", uma vez que, para auferi-lo, obriga-se a ausentar-se da roça, onde produz materialmente para sua subsistência. A roça é que representa verdadeiramente "o seu trabalho".

A escola que o professor/produzidor conhece situa-se num contexto sócio-econômico político, onde historicamente os professores aprendem para ensinar, da mesma maneira que os produtores sabem para produzir e viver — aprendem fazendo. Nesse contexto, assalariados, posseiros, parceiros, arrendatários e pequenos produtores — subordinados a relações capitalistas de produção — lutam no dia-a-dia por reivindicações que a própria condição de trabalho lhes impõe: salários, jornada de trabalho, estabilidade, carteira assinada etc. Vivem numa "realidade pobre", dizem eles. E a escola é uma "forma de se lutar por melhores condições de trabalho e, sobretudo, por melhor educação".

Na carta dos professores do Rio Apocuitaua, dirigida ao Prefeito de Maués (Amazonas), estão contidas de maneira expressiva as reivindicações dos professores, retratando mais claramente estas questões:

— "Que sejam assinadas suas carteiras de trabalho para que sejam beneficiados pelas leis trabalhistas" . . . ;

. . . "Que o pagamento dos salários dos professores seja efetivado, pelo menos, de dois em dois meses, numa data fixa, evitando os gastos feitos de transporte e alimentação decorrentes das muitas viagens à sede; muitas vezes, o que recebeu não dá para pagar nem o frete do motor" . . . ;

. . . "Que haja um contra-cheque ou outro comprovante, para que o professor tenha um documento que regis-

8) GRAMSCI, 1968, p. 131-2.

tre e expresse quanto ganha, qual o mês correspondente, se teve descontos e, desse modo, possa controlar o seu salário" . . . ;

. . . "Que o professor tenha melhores condições de trabalho, obtendo todo o material necessário para o bom funcionamento da escola" . . . ;

. . . "Que seja dada uma ajuda de custo aos professores que estiverem realizando curso de treinamento ou reunião na sede, para que possam enfrentar as despesas com transporte e alimentação" . . .⁹

A escola no meio rural produz suas práticas num determinado contexto histórico sendo, portanto, fundamental que os sujeitos que dela participarem entendam a natureza desse contexto.

Analisando a escola no âmbito das questões levantadas neste estudo é importante procurar conhecer seus desdobramentos a partir das práticas da educação e do trabalho do professor/produtor rural. É essencial conhecer como ele diferencia os seus âmbitos de trabalho: a escola e a "roça"; a escola sendo o lugar onde desenvolve práticas educativas, "em nome" do Estado para as classes populares; e a "roça" representando o esforço onde ele se organiza, se articula como categoria de trabalhador, mediatizado, por (outros) agentes do Estado, para questões junto ao sistema produtivo. A mediação parece ser um dos fenômenos mais presentes nessa teia de antagonismos.

Torna-se, por esta razão, fundamental discutir como o professor/produtor rural – o técnico, o "prático", o pedagogo, o agente da intermediação política – sujeito de tantas e diferentes práticas se afirma, como se relaciona com outros trabalhadores da educação e também com os produtores rurais da(s) sua(s) categoria(s); é essencial, também, saber como ele se articula e se define pelos movimentos sociais neste duplo processo de representação na sociedade.

Estudar com o professor/produtor rural esses desdobramentos, poderá ser fundamental para a compreensão de que "na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o ser social que inversamente, determina a sua consciência".¹⁰

"Essa tomada de consciência é essencial, sobretudo quando se pretende superar essas questões referidas às rela-

ções sociais particulares do trabalho no meio rural, agravadas por circunstâncias que transformam o trabalhador rural no elo mais fraco na cadeia do sistema produtivo",¹¹ na mesma medida que o professor do meio rural é o elo mais fraco na cadeia do sistema educacional. O elo "na cadeia do sistema produtivo começa com a sua força de trabalho e termina no mercado internacional. Ele parece ser o vértice de uma pirâmide invertida, no sentido em que o produto do seu trabalho se reparte por muitos, sobrando-lhe pouco".¹² Por outro lado, o elo na cadeia do sistema educacional se inicia nas agências internacionais que municiam os "programas especiais" de educação para o meio rural com recursos financeiros e propostas "metodológicas", invariavelmente inadequadas aos contextos onde as suas receitas educativas devem ser adotadas. Os recursos descem do alto para baixo também na "pirâmide invertida", para chegar à base após terem sido rateados nos inúmeros patamares das "siglas", que devem percorrer. À base (as escolas, ao professor, aos alunos) chegam sobras. Sobras que já vêm comprometidas com metas governamentais, às quais pode ser creditado o elevado grau de analfabetismo, fruto dessa secular injustiça.

Para trabalhar o aspecto mediação, recorremos à pesquisa feita por Sônia Turfi, com professores rurais leigos. Com base nos fatos detectados pela pesquisa, afirma a autora que "na pessoa dos professores rurais leigos, concretiza-se uma mediação que se manifesta de maneira contraditória. Esse caráter contraditório de mediação transparece no fato mesmo de ser esse professor o principal agente educativo institucionalizado oficialmente pelo estado, mesmo quando é escolhido pela população da comunidade rural em que atua.

Se, por um lado, esses professores funcionam como mediação do estado, contraditoriamente trazem em si características que os configuram como mediação para as populações a que servem. Como vimos, os professores rurais leigos participam diretamente dos problemas gerais de sua comunidade, compartilhando os mesmos interesses das famílias de seus alunos.

Em algumas situações escolares concretas eles acabam por privilegiar esses interesses (que, muitas vezes, confundem-se com os seus próprios interesses), em detrimento das exigências burocráticas dos órgãos oficiais, cujo cumprimento nem sempre é passível de ser controlado. Como exemplo, poderiam ser lembradas as formas de contornar o problema da infreqüência dos alunos, de modo a evitar sua saída definitiva da escola e também as tentativas de desenvolverem métodos de ensino próprios, mais adequados às reais condições suas e de seus alunos". Conclui a autora "que esses professores sintetizam dentro de si a totalidade das relações sociais que presumem sua realidade". ". . . Como foi mostrado, esses determinantes impõem limitações à atuação dos professores leigos, dificultando-lhes não só o atendimento às necessidades específicas do aluno, como também a imposição de seus próprios interesses como categoria profissional". Mas "é preciso ver, finalmente, que esses mes-

9) Ver Informativo 1. Revista do Grupo integrado do Apocuitaua, Maués/Amazonas e Professores da Faculdade de Educação da Universidade do Amazonas, Manaus – UFA. 1984.

10) MARX, 1977. p. 24.

11) IANNI, 1984. p. 125

12) Id. Ibid., p. 125.

mos determinantes trazem, em si, a possibilidade de superação dessas limitações. . .”¹³

A mediação se dá nos dois âmbitos — escola e trabalho — estando o professor/produtor rural estreitamente ligado ao fenômeno pelas suas relações em diferentes instâncias da sociedade. Neste processo, o professor/produtor rural como um mediador de sua própria categoria tem presente a violência que os desdobramentos dos seus múltiplos trabalhos lhe impõem, embora não veja suficientemente clara a realidade histórica, para melhor situar-se no centro das contradições e melhor compreendê-las, ultrapassando-as na dinâmica de seus movimentos.

O professor/produtor rural, como mestre de si mesmo, multiplica-se em diferentes organizações, desdobrando suas funções na “comunidade”, no limite acima de suas forças. E assim, participando de diversificadas organizações (educativas, culturais, políticas etc.), transforma esses espaços em amarras onde ancora a sua sobrevivência e de outros companheiros com os quais divide essas funções “alternativas”.

A melhor condução dessas práticas, no entanto, se dá com o engajamento efetivo das classes populares. Verdadeiramente, as organizações são os caminhos de ampliação de suas lutas, na medida em que são movimentos sociais empenhados em reverter a direção das políticas econômicas e superar as falsas “ajudas” de políticas sociais.

Participando de suas organizações, os professores/produtores rurais lutam por torná-las autenticamente acreditadas. Integrando categorias profissionais diferenciadas no mundo do trabalho, os professores, os produtores, os trabalhadores têm em comum traços concretos que lhes asseguram presença no mesmo patamar político: o caráter das lutas das classes populares. Assim, os professores/produtores rurais presentes a esses movimentos sociais lutam pela transformação da existência dos trabalhadores, a despeito das diferenças ocupacionais que os habilitam para trabalhar, e que não deve separá-los na prática política. Ocupar espaços juntos nos movimentos sociais das classes populares lhes asseguram maior comprometimento com a realidade concreta onde se reproduzem.

“Nesse processo, desempenha agora um papel crucial um novo ator: a classe para si. A organização do operariado em seus sindicatos e a nível político são elementos endógenos dessa dialética, que influem na mortalidade e fertilidade de força de trabalho e na mortalidade e fertilidade da população operária. Surgindo da própria contradição, a organização da ‘classe para si’ vai, por sua vez fecundá-la”. . . “A passagem da ‘classe em si’ para a ‘classe para si’ é a passagem da animalidade social operária para a personalidade social operária”.¹⁴

No contexto vivenciado pelo professor/produtor rural: homens, mulheres e crianças, (que também trabalham) apresentam-se como um segmento político da sociedade.

Eles constroem na dinâmica de suas organizações, em movimentos que reúnem trabalhadores de distintos âmbitos da mesma base, espaços próprios, onde essas pessoas, trabalhadoras, elaboram uma consciência política mais autônoma, como “classe para si”. Nesses movimentos, preparam-se para superar problemas que afetam igualmente a todos, na medida em que as catástrofes sociais e econômicas os atingem coletivamente. Esses sujeitos, cujas condições sociais de existência e modalidade de consciência não se exprimem nem se relacionam de modo unívoco, reproduzem-se repartindo engajamentos em práticas sociais diferentes, procurando ter em comum formas de enfrentamentos para superação dos antagonismos na realidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 — CURY, Carlos Roberto Jamil. Relação do saber e relação social; um ensaio. *ANDE. Revista da Associação Nacional de Educação*, São Paulo, (8): 5-7, 1984.
- 2 — GANNAM, Sônia Turfi. *Determinantes da ação educativa dos professores leigos na escola rural de uma realidade em transformação*. Belo Horizonte, Faculdade de Educação da UFMG, 1985 (Dissertação de Mestrado).
- 3 — GRAMSCI, Antonio. *Escritos políticos*. Lisboa, Serra Nova, 1977. v. 2.
- 4 — _____. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.
- 5 — IANNI, Octávio. *Origens agrárias do Estado Brasileiro*. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- 6 — KOURY, Mauro G. Pinheiro. *Reforma agrária já. Reforma Agrária, Campinas, 15 (1), 1985*.
- 7 — MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo, M. Fontes, 1977.
- 8 — OLIVEIRA, Francisco de. A produção dos homens; notas sobre a reprodução da população sob o capital. In: _____. *A economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro, Graal, 1980. cap. 5, p. 135-59.

13) GANNAM, 1985. p. 265-6

14) OLIVEIRA, 1980. p. 155